



PLANOS DA EDUCAÇÃO: PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DE GESTORES ANAPOLINOS

Ana Vitória Cardoso Vieira¹
Marcelo Mello Barbosa²
Milene Fernandes Lima³
Suzane de Sousa Moura Lemos⁴

Resumo: Este trabalho apresenta a perspectiva dos gestores municipais e estaduais em relação aos Planos de Educação. O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Este plano tem a finalidade de direcionar esforços e investimentos, com o propósito de melhorar a qualidade da educação no país, com abrangência em escolas municipais e estaduais. Esta lei determina 20 metas que devem ser alcançadas no período de 10 anos e perpetuam por todo período da Educação Básica. O objetivo geral desse trabalho é verificar e comparar as percepções dos gestores do Município de Anápolis das escolas municipais e estaduais, com relação aos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação. Para tanto, os específicos são: perceber o domínio dos gestores sobre o assunto; verificar a disponibilidade do gestor em se dispor a comentar sobre os Planos de Educação; e analisar as opiniões dos gestores, considerando a situação real da escola na esfera econômica e social. O trabalho foi realizado utilizando pesquisa documental, estudo bibliográfico e análise descritiva de uma escola Municipal e uma escola Estadual. Os resultados são qualitativos. Este trabalho foi importante, pois percebemos que os gestores estão atentos em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Municipal de Educação (PME) e Plano Estadual de Educação (PEE), e dessa forma, irão contribuir para o desenvolvimento e qualidade da educação das escolas municipais e estaduais do Município de Anápolis.

Palavras-chave – Políticas Públicas de Educação; Gestores Municipais e Estaduais; Plano Nacional de Educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma perspectiva em que escolas municipais e estaduais buscam e relacionam seus objetivos com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), associando ao Plano Municipal de Educação (PME) e ao Plano Estadual de Educação (PEE). O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Este plano tem a finalidade de direcionar esforços e investimentos, com o propósito de melhorar a qualidade da educação no país, com abrangência em escolas municipais e estaduais. Esta lei determina 20 metas que devem ser alcançadas no período de 10 anos.

No site do Planalto a Lei 13005, de 26 de junho de 2004, Estabelece o Plano Nacional de Educação 2014-2024:

¹ Graduanda do curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação – UniEVANGÉLICA, campus Anápolis. (cardosoanavi@hotmail.com);

² Professor Mestre do Instituto Superior de Educação – UniEVANGÉLICA, campus Anápolis. (profmarcelopedagogiapolitica@gmail.com);

³ Graduanda do curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação – UniEVANGÉLICA, campus Anápolis. (milene_fl@hotmail.com);

⁴ Graduanda do curso de Pedagogia, do Instituto Superior de Educação – UniEVANGÉLICA, campus Anápolis. (suzanelemos2011@hotmail.com).



Em síntese, o Plano tem como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL 2004).

Alinhar o Plano Nacional de Educação (PNE) ao Plano Municipal (PME) e Estadual (PEE) tem sido uma tarefa árdua para os gestores que realmente se preocupam com uma administração educacional de qualidade e pela equidade, pois, as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) são direcionadas para a melhoria no geral, e os gestores trabalhando com esse propósito, os benefícios serão para as próprias instituições.

As metas propostas nesse plano perpetuam por todo período da Educação Básica que inicia na Educação Infantil, Ensino Fundamental e finaliza com o Ensino Médio, totalizando uma obrigatoriedade para o aluno cursar dos 04 aos 17 anos de idade. Também é estabelecida a universalização do atendimento educacional especializado (AEE), dentro das instituições escolares, alfabetização até o 3º no Ensino Fundamental, e assim como diminuir o analfabetismo, oferecer condições para que garantam resultados melhores em avaliações externas como o IDEB, um quadro de vagas suficiente para atender a demanda da população que necessita ingressar as crianças na Educação Infantil, realizar matrículas para Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentre outros.

Alinhar essas metas no trabalho do gestor é seguir no mesmo sentido, com o mesmo objetivo almejando a qualidade da educação.

A disciplina de Políticas Públicas fornece ao acadêmico do Curso de Pedagogia conhecimentos teóricos e práticos no campo de atuação relacionados à Política Pública Educacional de todo país, e com isso, propicia ao futuro profissional condições de exercer sua profissão, assegurados com documentos oficiais, que esclarecem e dão suporte na administração do gestor escolar.

É de extrema importância gestores se atualizarem, e com isso compreendemos a necessidade de realizar essa pesquisa de campo entre uma escola municipal e uma estadual. O objetivo geral desse trabalho foi verificar e comparar as percepções dos gestores do Município de Anápolis de escolas municipais e estaduais, com relação aos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação. Para tanto, os específicos foram: perceber o domínio dos gestores sobre o assunto; verificar a disponibilidade do gestor em



se dispor a comentar sobre os Planos de Educação; e analisar as opiniões dos gestores, considerando a situação real da escola na esfera econômica e social.

METODOLOGIA / PERCURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

O trabalho foi realizado utilizando pesquisa documental, estudo bibliográfico e análise descritiva de uma escola Municipal e uma escola Estadual. Os resultados são qualitativos.

Foi feita uma análise documental do Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Municipal de Educação (PME) e Plano Estadual de Educação (PEE), e a partir desse levantamento de dados, elaboramos um questionário com 05 perguntas discursivas direcionadas para cada escola.

Fomos até a escola escolhida e realizamos a pesquisa de campo com dia e horário agendado com a gestora.

As escolas escolhidas (A e B) são de bairros distintos. A escola A é municipal e situa-se na região Norte do município de Anápolis e a escola B é estadual e se encontra na região Sul do município de Anápolis. Possuem contextos diferentes e cada gestor com sua característica administrativa. Fomos bem recebidas e o questionário foi respondido com um bom desenvolvimento do assunto abordado.

Em seguida, fizemos uma análise nas respostas das gestoras e comparamos as percepções e perspectivas das mesmas em relação ao assunto abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo mostrou que os gestores estão aptos a esclarecerem, responderem e comentarem sobre questões de Políticas Públicas Educacionais. Por mais que o questionário foi realizado de uma maneira simples, com perguntas claras e diretas, os gestores conseguiram desenvolver um diálogo sobre a questão e responderam como o esperado.

Percebemos que o contexto de cada escola contribuiu nas respostas, de forma que a escola A considerou os Planos de Educação Nacional e Municipal condizente e real na aplicação e resultados, e a escola B percebeu que o Plano Nacional e Estadual devem ser pontuados, analisando algumas questões como objetivo de melhorias, que seria primordial para a qualidade daquela realidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi importante, pois percebemos que os gestores estão atentos em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Municipal de Educação (PME) e Plano Estadual de Educação (PEE), e dessa forma, irão contribuir para o desenvolvimento e qualidade da educação das escolas municipais e estaduais do Município de Anápolis.

Uma gestão democrática é fruto desse conhecimento e a instituição escolar terá grandes benefícios, pois o bom gestor deve buscar informações sobre todas as leis que envolvem o caminhar da escola em nosso país, com objetivos, por exemplo, de trazer melhorias de acordo com o contexto e necessidades de cada instituição.

Concluimos que o trabalho esclareceu como os gestores vêm aplicando essas relações dos Planos Educacionais e o olhar sob a perspectiva de cada instituição, assim como, os anseios da administração escolar para alcançarem metas estabelecidas e possíveis de serem aplicadas.

REFERÊNCIAS

ANÁPOLIS. **Lei Municipal, nº 3.775, de 24 de junho de 2015.** Disponível em: <<http://www.leis.anapolis.go.gov.br:8104/leis/page/inicio.jsf>>. Acesso em: 10 nov. 2019

BRASIL. **Lei Federal nº.13.005, de 25 de junho de 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.

GOIÁS. **Lei Estadual, nº 18.969, de 22 de julho de 2015.** Disponível em: <<https://site.educacao.go.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/PLANO-ESTADUAL-DE-EDUCA%C3%87%C3%83O-PEE-2015-2025-1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.